BOLETIM

P R O E A L C

Centro de Ciências Sociais / CCS – Julho-Agosto-Setembro - ISSN 2175-9103 Nº72

Boletim Número 72
Data: Julho-Agosto-Setembro/2016

EDITORIAL

O Boletim nº 72 oferece ao público leitor um balanço dos principais acontecimentos políticos ocorridos na América Latina no terceiro trimestre de 2016. Confiram estes textos nas Colunas Espaço Aberto. Também neste número, o leitor poderá encontrar artigos que elucidam problemáticas cruciais de nossa atualidade.

Nas Colunas Em Foco recomendamos a leitura a excelente texto de Sergio Alejandro Gómez, sobre a importância das eleições nos Estados Unidos para o fim do boqueio à Cuba. Você poderá conferir também informes sobre: 1) os avanços e recuos do neoliberalismo no Chile; 2) uma análise comparativa das diferenças entre as respostas ao "golpismo" no Brasil e na Venezuela; 3) uma crítica a proposta de viés conservador conhecida como "Escola Sem Partido"; 4) e por fim uma artigo sobre a auditoria do FMI nas contas da economia argentina em recessão. Confiram também a Coluna Espaço Aberto com um artigo produzido por um pesquisador bolsista de nossa equipe relacionado às pesquisas em andamento no Programa.

Registramos, ainda, que neste número o leitor encontrará uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Pesquisadora e técnico-administrativa do PROEALC/CCS/UERJ

Em Foco I

Eleições nos EUA serão decisivas para fim do bloqueio e reaproximação com Cuba

Bloqueio econômico e financeiro imposto a Cuba gera danos calculados na casa dos bilhões de dólares à ilha e é quase impossível medir o custo humano dessa política que sobrevive desde os tempos da Guerra Fria.

Por: Sergio Alejandro Gómez
07/01/2016

A chegada da Apolo 11 à lua, a revogação da proibição do álcool no Mississippi e o fim da segregação racial são temas dos livros de história nos Estados Unidos. No entanto, estes três acontecimentos são posteriores à implantação do bloqueio econômico, político e financeiro contra Cuba.

Muitos se perguntam como é possível que ainda esteja em vigência essa relíquia da Guerra Fria que, a cada ano, é rechaçada na ONU pela imensa maioria da comunidade internacional, especialmente após o início de um novo capítulo nas relações bilaterais entre Havana e Washington.

Seus danos econômicos estão calculados na casa dos bilhões de dólares, mas é quase impossível medir o custo humano de uma política elaborada para derrotar os cubanos por meio da fome e do desespero.

Após meio século, as principais autoridades norte-americanas reconhecem que esta política não conseguiu cumprir seus objetivo e que, agora, é hora de “tentar algo diferente”.

Especialistas, acadêmicos e políticos de ambos os lados do Estreito da Flórida compartilham com o Granma sua visão sobre o futuro do bloqueio e sobre a possibilidade de que seus dias estejam contados.

Um tiro de misericórdia

Ainda que o presidente norte-americano detenha amplos poderes executivos para mudar a forma como o bloqueio é aplicado, o Congresso dos Estados Unidos é o único capaz de revogá-lo por completo, já que desde 1996 o bloqueio está codificado na Lei Helms-Burton.

O cenário atual no legislativo norte-americano é tenso, com os republicanos à frente de ambas as câmaras e em forte oposição ao executivo democrata.

“Uma política de mais de meio século não pode ser eliminada de uma só vez, seria necessário um consenso extraordinário, o que atualmente é impensável no Congresso norte-americano, sobretudo devido à polarização política atual”, afirmou Carlos Akira de la Puente, professor e pesquisador do Centro de Estudos Hemisféricos sobre os Estados Unidos, da Universidade de Havana.

Akira detalha que o mais importante é considerar que existem setores do partido republicano que são a favor de uma revogação do bloqueio, indicando um novo critério dentro do partido, que é tradicionalmente oposto a qualquer tipo de reaproximação com Cuba.

O próprio presidente Barack Obama reconheceu, em uma entrevista recente, que o apoio bipartidário à mudança da política em relação a Cuba cresceu, o que abre a possibilidade para novas ações no Congresso.

O advogado norte-americano Robert Muse, especializado em temas cubanos, lembra que no sistema político do país é muito mais difícil derrubar uma lei antiga do que aprovar uma nova. Ele cita como exemplo o fracasso na proteção da marca Havana Club, que passou pelo Congresso em um projeto de orçamento de centenas de páginas, mas que mais de vinte anos depois sobrevive, violando tratados internacionais e a despeito das tentativas de torná-la sem efeito.

“A inércia é a principal característica do Congresso dos Estados Unidos”, observa Muse.

O professor visitante do Centro de Assuntos Globais da Universidade de Nova York, Arturo López-Levy, observa que um “golpe significativo” poderia desmontar o bloqueio como um todo, devido ao nível de conexão entre suas respectivas partes. “O embargo é um barco prestes a afundar, esperando apenas que um torpedo o atinja diretamente na linha d’água”.

López-Levy cita particularmente a proibição de viagens a Cuba (para turistas), mantida em vigência como parte da política de agressão contra Cuba.

Desmonte passo a passo

Atualmente, há no legislativo norte-americano vários projetos de lei com o objetivo de desmontar algumas partes do bloqueio. O nível de apoio e as possibilidades de êxito variam para cada um deles.

“O embargo têm muitas camadas impostas ao longo do tempo por meio de diferentes leis. Acredito que alguns de seus aspectos serão revogados antes de outros. Por exemplo, o direito de viajar a Cuba, inclusive como turista, pode ser restaurado antes do restante do embargo, já que os americanos têm o direito constitucional a viajar”, assinala o professor norte-americano William M. Leogrande, coautor do livro “Canales Secretos Hacia Cuba”: A história oculta das negociações entre Washington e Havana.

Ainda assim, assegura que a proibição da concessão de créditos a Cuba para a compra de alimentos também pode ser suspensa, já que conta com forte apoio do lobby agrícola.

“O projeto que está mais próximo de ser aprovado pelo Congresso é o que permitiria viagens a Cuba. Todas as pesquisas mostram o quanto os americanos rechaçam esta proibição. A última delas demonstra que 81%, composto tanto por democratas, quanto por republicanos, opõe-se à proibição”, assegura James Williams, presidente da EngageCuba, uma coalizão bipartidária que milita em Washington pelo fim do bloqueio.

O professor e pesquisador cubano Carlos Alzugaray observa que os êxitos parciais em viagens e comércio agrícola são mais prováveis em médio prazo, já que são convenientes a muitos interessados e podem ser reivindicados como direitos civis.

Em uma entrevista recente, o ex-congressista Bill Delahunt, defensor veterano de uma aproximação com Cuba, disse a este jornal que é possível aprender com o passado, aproveitando brechas na legislação do bloqueio.

Ele lembra como, várias décadas atrás, não era possível falar sobre este tema, que era monopolizado pelos representantes da Flórida, mas várias visitas de legisladores de outros estados a Cuba, bem como seus encontros com Fidel, alteraram o panorama.

Delahunt defende que o êxito na aproximação, tanto política quanto econômica, é a chave da vitória. “Se tivermos conosco os interesses dos comerciantes americanos, eles se tornarão nossos aliados. Serão nossos lobistas”.

“A nova etapa do processo obteve efeitos favoráveis sobre as expectativas quanto a Cuba nos Estados Unidos, assim como no restante do mundo. Seguramente, incentivaram-se os interesses nas relações entre os dois países nas áreas de comércio e investimentos, que progressivamente teriam um grande alcance, levando-se em conta as vantagens de Cuba: proximidade geográfica, estabilidade, segurança e alta qualificação da força de trabalho, para mencionar apenas alguns aspectos”, observa o professor e pesquisador do Cehseu, Luis René Fernández.

“As forças interessadas em ampliar suas relações com Cuba devem aumentar sua pressão sobre o Congresso, para abrir essa possibilidade”, complementa.

Uma casca vazia

O presidente dos Estados Unidos, dispondo de seus poderes executivos, tem a autoridade de emitir licenças que anulem os efeitos práticos da maioria das sanções contra Cuba.

Até o momento, Obama utilizou essa autoridade apenas para influir sobre um grupo reduzido de elementos da aplicação do bloqueio, fundamentalmente, o envio de remessas, o setor privado e as telecomunicações, permitindo que a maior parte do bloqueio fosse mantida.

Vários analistas concordam que os setores escolhidos apresentam evidentes interesses políticos.

“O presidente tem a prerrogativa de tornar viável uma colaboração substancial com Cuba em áreas como a política tradicional de segurança, as novas agendas de segurança, educação e saúde, o uso do espaço aéreo

em ambos os países, viagens diretas a Cuba a partir de várias cidades americanas, proteção ambiental, e luta contra o crime e o tráfico de pessoas e entorpecentes", assegura López-Levy.

Ainda assim, indica que a cooperação multilateral entre os dois países é tão importante como a bilateral. "Quanto maior e mais completa for a aproximação entre os dois países, mais firmes serão os alicerces para a consolidação das novas diretrizes estratégicas dos Estados Unidos em relação a Cuba".

No entanto, alguns dos analistas consultados afirmam que o presidente poderia limitar o alcance de suas próprias ações executivas por causa da conjuntura política. O próprio Obama afirmou que será "cauteloso e seletivo" neste sentido.

Um ponto-chave em que coincidem os especialistas é que o presidente poderá se concentrar nos aspectos que dificultam a aplicação de medidas já tomadas.

"Provavelmente, suas próximas decisões deverão se dirigir a destravar algumas das restrições que se tornaram mais visíveis nas negociações bilaterais, que podem, por exemplo, estar associadas ao uso do dólar norte-americano, ou à proibição de que bancos dos Estados Unidos concedam crédito a empresas cubanas", indica o professor Luis René Fernández.

Ele complementa que os obstáculos às relações monetárias e financeiras, como os investimentos, também estariam entre os elementos mais importantes sobre os quais poderá atuar a administração antes de terminar seu mandato.

O fator tempo

O fator tempo é outro ponto-chave no processo entre Cuba e Estados Unidos, com as eleições presidenciais no horizonte e pouco mais de um ano de permanência de Obama na Casa Branca.

Além disso, levando-se em conta que as transformações na política em relação a Cuba vieram do poder executivo, um presidente com uma posição distinta poder reverter o que já foi feito até o momento.

Todos os analistas consultados concordam que o mais importante é avançar e conseguir resultados concretos.

O professor Luis René Fernández afirma que o aumento das trocas e negociações, inclusive quando limitadas pelo bloqueio, contribui para a eliminação mais rápida do bloqueio, por atuar sobre as percepções sobre Cuba dentro e fora dos Estados Unidos.

"É preciso avançar e demonstrar que somos capazes de negociar e chegar a acordos em tudo aquilo que for de nosso interesse", indica Alzugaray.

"Ainda que os desafios sejam grandes, as condições socioeconômicas de Cuba e o aperfeiçoamento de seu sistema estão em franca consolidação e progresso; e esta é a variável decisiva para explicar o curso da política norte-americana em relação a Cuba", conclui o professor Luis René.

Link: https://www.brasildefato.com.br/node/33847/

Em Foco II

Chile en punto de bifurcación: entre más o menos neoliberalismo

Por Pedro Santander
04/09/2016

Chile mostró en los días de agosto dos récords a sus ciudadanos. El primero de ellos vino de la mano de la encuesta CEP (Centro de Estudios Públicos), la encuesta más prestigiada y esperada por la élite nacional que cada semestre genera noticia e influye en decisiones políticas. Y los resultados más que noticia fueron una bomba para la alicaída clase política chilena, pues cuando ya nadie pensaba que la persistente caída en adhesión de la Presidenta Bachelet y de su coalición de gobierno podía profundizarse, la encuesta mostró que todo puede ser aún peor. Apenas un 15% de aprobación para la mandataria y un raquítico 8% para la coalición oficialista Nueva Mayoría (NM).

Todo un récord, pues nunca en la historia de la democracia chilena un Presidente había contado con cifras tan escuálidas de apoyo. Y hablando de escuálidos, la oposición de derecha no puede sacar cuentas alegre, pues está igual de desprestigiada y deslegitimada que el oficialismo: apenas un 10% de la población los aprueba. Los casos de corrupción y cohecho en el marco de financiamiento ilegal de campañas políticas por parte de grandes empresarios, ya comentados en columnas anteriores, han golpeado por igual a todo el bloque del poder.

El segundo récord también ocurrió en agosto: el domingo 21 se realizó la más masiva movilización ciudadana desde la recuperación de la democracia en 1990. De norte a sur, en todas las ciudades chilenas, marcharon más de 1.5 millones de personas pidiendo el fin del sistema (neoliberal) de pensiones. Se trata de la segunda masiva movilización ciudadana que tiene a la élite perpleja, ya a fines de julio cerca de un millón de personas marcharon por la misma demanda. Esta vez se sumaron más personas y ahora se convocó a una huelga general para noviembre.

“No + AFP” es la consigna nacional. Las “Administradoras de Fondos de Pensiones” son una más de las tantas herencias de la dictadura pinochetista que en nuestro país perviven plenamente (junto, por ejemplo, con la Constitución). Se trata de un sistema de capitalización individual, basado en un ahorro forzoso a todos los trabajadores asalariados, cuyo 12 % del sueldo se destina a una de las 6 Administradoras que recaudan, de este modo, cerca de 500 mil millones de pesos al mes (US $100 millones) y sólo reparten 200 mil millones para jubilaciones. El resto del excedente está en las bolsas internacionales, en los estratosféricos sueldos de sus ejecutivos e inyectado en el sistema financiero chileno. Es decir, esta vez se trata de una protesta social que apunta al corazón del sistema neoliberal chileno, pues las AFP son un pilar fundamental de los grupos económicos chilenos y sus directorios están integrados tanto por ex ministros de la dictadura, como por ex ministros de los gobiernos democráticos, varios connotados “socialistas” entre ellos.

El fracaso de este sistema de capitalización individual, inventado por José Piñera (hermano del ex presidente y nuevamente candidato, Sebastián Piñera), implementado en 1981 en plena dictadura, en el mismo momento en que se implementaba también el Plan Laboral (capital y trabajo siempre van de la mano) no admite discusión. Quien hoy se jubila lo hace bajo el riesgo de caer al menos 3 deciles socioeconómicos, es decir, caer en la pobreza. El promedio de jubilación de los chilenos bajo esta forma neoliberal de administrar la seguridad social es de 200 mil pesos, o sea, menos que el sueldo mínimo que es de 257 mil pesos.

Se consolida de este modo un escenario de crisis en nuestro país que, entre otras características, muestra un divorcio total entre representados y representantes. Se agota un ciclo, el que comenzó en 1990 tras el fin de la dictadura y el inicio de una transición democrática administrada por socialistas y democristianos, que prefirieron hacer alianzas con los grupos económicos pinochetistas (cuyo núcleo está constituido por las AFP) y no con el pueblo que derrotó a Pinochet, consolidando así una gobernanza neoliberal.

Y llegamos así al tercer récord nacional: somos el país más neoliberal del mundo. Nada escapa a la lógica del mercado, la salud, la educación, la seguridad social, el agua, todo ha sido absorbido por la lógica de la ganancia empresarial.

Somos el primer país del mundo donde, experimentalmente, se comenzó a implementar, bajo el auspicio de la dictadura y en modo de política de shock, el neoliberalismo. Milton Friedman visitó tempranamente nuestro país para ver su obra en acción, en 1975 fue recibido por el Dictador, y en 1982 proclamó que “Chile es un

milagro económico". Desde entonces la forma neoliberal de la matriz económica y social sólo se ha profundizado; la comenzaron los militares y la continuaron los socialistas y democristianos.

Transitamos en la actualidad por una fase de "neoliberalismo avanzado", muy probablemente única en el mundo, que permite observar las contradicciones y tensiones que el neoliberalismo genera en etapas avanzadas y que hoy en Chile están en el centro de la cuestión política.

Más neoliberalismo o menos neoliberalismo, a esa disyuntiva se enfrenta hoy la clase política. Bachelet en su programa de gobierno prometió menos neoliberalismo: reforma tributaria, reforma educacional y reforma laboral. Sin embargo, la implementación de todas y cada una de esas reformas terminó en más neoliberalismo.

Por lo mismo, ningún partido perteneciente al bloque del poder, al ciclo que se agota, logra capitalizar el descontento social, porque, atrapados por 26 años de alianzas y complicidades, ninguno se atreve a dar el paso hacia menos neoliberalismo. Y también por lo mismo, las respuestas que se ofrecen a los cientos de miles de chilenos y chilenas que están marchando no generan ninguna credibilidad.

El próximo año es de elecciones presidenciales y parlamentarias, y en este escenario se han comenzado a estructurar iniciativas concretas para levantar un Frente Amplio de Izquierda, con líderes nuevos y jóvenes a la cabeza de este intento de unidad antineoliberal. Es por el momento la única respuesta política – aún incipiente- que se ve para ofrecer al país otro modelo. El 2017 será, como dicen los chinos, "un año interesante".

Link: http://www.celag.org/chile-en-punto-de-bifurcacion-entre-mas-o-menos-neoliberalismo/

Em Foco III

La respuesta al golpismo ha sido diferente en Brasil y Venezuela

Por Rómulo Pardo Silva
03/09/2016

Los conservadores internos unidos a los jefes fácticos occidentales han atacado a Maduro y Dilma de un modo parecido, derribar el gobierno y sus reformas a partir de la constitución. Sin embargo la resistencia venezolana y brasilera al golpismo ha sido muy distinta.

El Partido de los Trabajadores (PT) no dirigió desde el ejecutivo una defensa de calle potente con el pueblo. Posiblemente no hay fuerza popular necesaria para hacerla, aunque también puede que sea una opción por manejarse en la cúpula donde los dirigentes se instalaron abandonando lo popular una vez llegados al gobierno con Lula.

La batalla desatada por el proceso de impeachment contra la depuesta presidenta brasileña, Dilma Rousseff, se libra ahora en el Supremo Tribunal Federal… [PL]

El chavismo en cambio con Maduro a la cabeza llenó la calle de pueblo militante como freno a los conspiradores. El anunciado 1 de septiembre con que la oposición y USA amenazaron al gobierno fue vencido con miles de trabajadores, pobladores, estudiantes, en Caracas.

Maduro destacó que las concentraciones masivas en las calles se dieron en todos los estados, no solo en la capital. El pueblo saldrá siempre a las calles y esa es la clave de la paz: un pueblo consciente y movilizado y un gobierno actuando en todas las fases de la vida social, sostuvo Maduro. [PL]

El territorio simbólico del 1S: Caracas es del chavismo y Miranda de la oposición. En Caracas, la avalancha roja del chavismo colmó la avenida Bolívar, la más icónica de la ciudad. Al otro extremo, en el municipio más rico del estado Miranda, se concentraron miles de adeptos opositores. Este y oeste, en pugna. "Ellos en su este, en Miranda, y nosotros aquí, en nuestro centro, en la Caracas revolucionaria, con el pueblo", dijo el presidente Nicolás Maduro a una multitud vestida de rojo que colmó de punta a punta la Avenida Bolívar de la capital, la más ancha y amplia de la ciudad. La declaración no fue gratuita porque Caracas, estrictamente Caracas, fue ocupada únicamente por el chavismo. En los municipios pudientes del estado Miranda que colindan con Caracas se concentró la oposición. [RT]

El resultado político en ambos países también fue distinto.

Brasil: Dilma destituida.

El Gobierno de Estados Unidos sostuvo este miércoles que el proceso de destitución de la presidenta de Brasil, Dilma Rousseff, se produjo dentro del "marco constitucional" del país y prometió trabajar con el mandatario interino Michel Temer. [Telesur]

Venezuela: La Mesa de la Unidad Democrática MUD reducida a una marcha más, sin apoyo suficiente para dar el golpe.

La marcha Toma de Caracas en Venezuela no pudo cumplir el objetivo de la derecha del país por falta de gente, reconoció uno de los principales convocantes de tal manifestación. "Necesitamos sumar más gente y aquí ustedes saben que no hay suficiente gente para cumplir ningún objetivo. Vamos a seguir el planteamiento", dijo Freddy Guevara, el también diputado de Voluntad Popular en la Asamblea Nacional según se ve en un video. [HispanTv]

La oposición en Venezuela quizás se fue a dormir satisfecha tras la masiva marcha del jueves, pero despertará como antes: sin fecha para el referendo revocatorio con el que quiere poner fin al mandato presidente Nicolás Maduro. Los líderes opositores han dicho que están dispuestos a seguir con la presión en la calle y a organizar más movilizaciones en los próximos días, aunque saben que quizás resulte un esfuerzo baldío. [BBC Mundo]

El chavismo creó un apoyo militar.

Es dudoso que lo tenga el PT.

En la derecha chilena Lula era considerado un modelo a seguir. Dilma se alía con un Temer como vicepresidente para ganar la presidencia.

Chávez y Maduro se enfrentan sin rodeos a Estados Unidos y sus seguidores locales.

Delcy Rodríguez, la ministra de Relaciones Exteriores, acusó una vez más a Estados Unidos de querer imponer un golpe de Estado en Venezuela. "Washington dio una orden: antes de la salida del presidente (Barack) Obama, debemos derrocar a la revolución bolivariana. La orden está dada", ha asegurado Rodríguez. [HispanTv]

En Brasil la gente no quiere a Temer ni a Dilma. Pero en los hechos el país se une a Washington, ataca a Venezuela, se lanza a la política de ajuste neoliberal. Dilma Rousseff prometió mantenerse como una fuerte opositora y levantar la voz contra el nuevo mandatario de Brasil… [HispanTv] Mientras la esperanza son los jueces…

En Venezuela el gobierno sigue en manos del chavismo bolivariano haciendo antiimperialismo unido a Ecuador, Bolivia, Cuba, los estados del Caribe.

Ganó la paz dijo Maduro. Un valor inconmensurable a cuidar por todos cuando hay cada vez más destrucción y muerte –Siria, Palestina, Yemen, Iraq…- asociada a los gobernantes fácticos occidentales.

La oposición va a persistir en que haya muertes, violencia, intervención internacional. "Washington dio una orden… derrocar a la revolución bolivariana. La orden está dada"…

Al frente Maduro afirma El pueblo saldrá siempre a las calles y esa es la clave…: un pueblo consciente y movilizado y un gobierno actuando…

Link: https://www.aporrea.org/actualidad/a233514.html

Em Foco IV

"Escola sem partido" ou reprodução ideológica do fascismo?

Por Sandro Ari Andrade de Miranda

17/07/2016

"Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens de educam entre si, mediatizados pelo mundo".
(Paulo Freire)

Quando chegaram ao poder na Itália em 1922, os fascistas não possuíam um programa educacional definido. Contudo, a ideologia fascista tinha como objetivos claros afastar a oposição de dentro dos estabelecimentos de ensino para formar soldados e lideranças moldadas pelo doutrinamento de ódio que defendiam.

Com o tempo Mussolini vai formatando o seu projeto educacional por meio da centralização dos conteúdos pedagógicos, restrição dos métodos de ensino e substituição dos Conselhos Provinciais, com funções amplas e representantes eleitos, por Conselhos com atribuições restritas, predominantemente disciplinares, e representantes indicados pelo Governo Central.

A educação, nas ditaduras, é vista como um processo mecânico de formação de mentes fabricadas. Trata-se de uma estratégia afastada do mundo concretamente vivenciado, com escolas exercendo o papel meramente doutrinário. Não é uma educação formadora, mas formatadora, jamais servindo como campo de construção e consolidação da cidadania. A iniciativa e a participação são substituídas restrição pedagógica e pelo silêncio. O exercício intelectual e a crítica, pelo voluntarismo reprodutor de dogmas e estigmas.

E é exatamente neste caminho que trilha o Projeto de Lei nº 193 de 2016, da autoria do Senador Magno Malta (PR/ES), que além da atuação política também exerce a função de pastor evangélico. A minuta em comento tem por objetivo instituir o "Programa Escola Sem Partido", um arremedo normativo conservador com fortes traços ideológicos fascistas.

O Projeto de Lei parte de um pressuposto impossível que é neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (art. 2º, I), ao mesmo tempo em que afirma defender a liberdade de aprender e ensinar e o pluralismo de ideais no ambiente acadêmico (art. 2º, II e III). Ora, se existe liberdade para o pluralismo de ideias e liberdade de aprender e ensinar não há neutralidade política e ideológica do ensino. Todavia, como veremos adiante, o projeto de Malta não tem nenhuma preocupação com pluralismo ou liberdade de aprender e ensinar.

A proposta do dublê de Senador e de Pastor é desnudada logo no parágrafo único do art. 2º, de onde extraímos a seguinte redação absolutamente inconstitucional:

"Art. 2º……..

Parágrafo único. O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero".

Aqui temos um retrocesso educacional gigantesco, com evidente corte ideológico conservador para restringir a liberdade política, de consciência e de pensamento de professores e alunos, ao proibir o debate sobre temas tão relevante para a sociedade como gênero e sexualidade. O que é teoria ou ideologia de gênero? Será que ler obras de clássicos importantes para a história da humanidade como Michel Foucault, Simone de Beauvoir são consideradas como ideologia de gênero? Na realidade, a mente restrita dos conservadores vê qualquer postulado que desconstitua parâmetros de domínio de gênero como uma ideologia a ser enfrentada.

Na exposição de motivos o proponente apresenta suas bases ideológicas, atacando tanto a liberdade intelectual dos docentes, como a produção de material didático não alinhado com a sua doutrina religiosa ou política:

"É fato notório que professores e autores de materiais didáticos vêm se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes à determinadas correntes políticas e ideológicas para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis".

No cerne da proposta do Senador Malta temos uma defesa intransigente da homofobia, do sexismo e do racismo já no ambiente escolar. Esse projeto ofende diretamente o art. 5º da Constitucional Federal desde o "caput", e um dos postulados da norma fundamental que é a "dignidade da pessoa humana". Em uma sociedade democrática, nenhuma norma jurídica pode proibir a escola de debater a desigualdade e confrontar o doutrinamento de ódio.

Ao contrário do que defende o PL 193/2016, cabe sim ao Estado colocar no centro da discussão acadêmica e educacional todas as formas de discriminação e de preconceito para afastá-las da sociedade.

Mas o PL 193/2016 ainda vai mais longe, ao restringir o debate político, sociocultural, econômico das escolas, proibindo os professores de expressarem as suas opiniões (art. 5º, IV). Mais do que isto, os professores deverão respeitar as convicções religiosa e moral de pais alunos. Assim, questiono: qual é extensão das pretensões do Projeto de Lei? Será que um professor de ciências deverá substituir a Teoria da Evolução pelo Criacionismo? Será admissível a manutenção de teorias religiosas que condenam a homoafetividade, o islamismo e as religiões de matriz africana?

O Programa Escola Sem Partido é, na verdade, mais um mecanismo de doutrinamento de ódio e da intolerância política, cultual e religiosa, além de uma tentativa espúria de impor o silêncio às diferenças. Tem como meta principal impedir qualquer ruptura da sociedade com o modo de pensar imposto pela mídia e pelas igrejas.

Em termos gerais, as escolas públicas são espaços de resistência, pois elas espelham a verdade enfrentada por professores e alunos no cotidiano, tanto que se refere à violência física, econômica e simbólica, como a desigualdade, a discriminação social, a exclusão, a má remuneração dos profissionais de ensino, dentre outras. Quando esta verdade é apresentada em sala de aula, os argumentos construídos pelos meios de comunicação de massa, controlados pelos conservadores, perdem sustentação, e é exatamente contra essa possibilidade de transformação da sociedade que surge o projeto de Magno Malta.

Link: https://sustentabilidadeedemocracia.wordpress.com/2016/07/17/escola-sem-partido-ou-reproducao-ideologica-do-fascismo/

Em Foco V

Macri traz de novo o FMI à Argentina

Depois de 10 anos, uma missão do FMI volta a trabalhar hoje na Argentina, auditando as contas do país. O grupo se reunirá com funcionários do governo, com economistas, com banqueiros, para elaborar seu diagnóstico sobre a economia argentina.

Por Emir Sader*
19/09/2016

Em base a esse diagnostico, recomendarão as receitas do FMI, que a Argentina ja conhece, porque foram as que levaram o pais à pior crise da sua historia, em 2001-2002. Para tentar acalmar os ânimos, o Ministerio da Fazenda argentino disse que as recomendações não são obrigatórias, mas sabe-se que são condições indispensáveis para que a Argentina receba os empréstimos que voltou a pedir ao FMI. Se trata das tristemente famosas "Cartas de intenção", cujos termos serão levados pela diretora geral do Fundo, Christine Lagard ao diretório executivo do FMI.

A Argentina havia terminado com essas auditorias em 2006, quando o então presidente Nestor Kirchner pagou em efetivo a divida restante de quase 10 bilhões de dólares, na busca de autonomia para definir as políticas economias do pais. Seu governo havia recebido uma dívida monstruosa da política de paridade ca moeda argentina com o dólar, que vinha do governo de Carlos Menem e havia sido mantida por Fernando de la Rua, até que essa política explodiu na pior crise da historia argentina.

Nestor Kirchner conseguiu renegociar a dívida, oferendo cerca de 25% do valor dos papéis. 93% dos credores aceitaram e a Argentina pôde assim redefinir os termos da dívida e pagá-la. Porém, já no segundo governo de Cristina Kirchner, um juiz norteamericano processou a Argentina, tratando-a de impedir que seguissem pagando aos 93%, caso não pagasse, na sua totalidade, a dívida com os 7% restantes. O Judiciário dos EUA deu ganho de causa a esse núcleo minoritário, que usualmente deveria estar obrigado a aceitar os termos que a grande maioria dos credores havia aceito. Uma clausula da renegociação impedia que o governo argentino pagasse aos que não haviam aceito os termos da redução, caso contrário teria que pagar esse montante à totalidade dos credores.

Macri herda o impasse e não vacila: desembolsa a totalidade do que a Argentina deve, em condições ainda piores para o país do que a decisão do juiz norteamericano. Com o que, à falta de divisas para esse pagamento, a Argentina pede novo empréstimo para o FMI e recomeça o espiral de endividamento da qual o pais havia conseguido sair com os governos dos Kirchner.

A nova missão publicará suas conclusões, uma vez aprovadas pela diretoria do FMI e se transformarão em condição para que os novos empréstimos, a juros altos, sejam liberados para a Argentina, de novo cliente do Fundo. A partir dessa liberação e da submissão da Carta de Intencao do FMI, o pais passará a receber regularmente a visita de missões do Fundo, que controlarão se os duros termos do ajuste fiscal estão sendo colocados em pratica, como condição para que as parcelas seguintes do empréstimos sejam liberadas.

De fato, a política do FMI orienta já, desde os primeiros dias, o governo de Mauricio Macri. Porém, o governo tropeçou no Judiciário em uma de suas decisões mais polemicas, a do término dos subsídios ao consumo do gás, ponto que certamente será um tema central da Carta do FMI, que rechaça sempre subsídios estatais, especialmente para o consumo da população.

Os empréstimos do FMI serão assim mais um freio a uma economia em forte processo recessivo, desde a posse de Macri, com elevação acelerada do desemprego e de perda do poder aquisitivo dos salários. Nos anos 1980 e 1990, se falara do "efeito Orloff", para afirmar que "nós somos vocês amanhã", quase como um

destino comum obrigatório para todos os governos que se submetem ao FMI. As políticas do governo Temer caminham na mesma direção. O Brasil, que conseguiu sair do endividamento com o FMI e do próprio Mapa da Fome, corre agora o grave risco de voltar à mesma ressaca interminável dos empréstimos cada vez mais caros e com preços econômicos e sociais cada vez mais pesados para nossas economias, que a submissão ao FMI implica.

Emir Sader é um dos principais sociólogos e cientistas políticos brasileiros

Link: http://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/255915/Macri-traz-de-novo-o-FMI-%C3%A0-Argentina.htm

Espaço Aberto I

Violência de gênero e primavera feminista: a alternativa informativa das grandes mídias para as redes sociais.

Por Isabel Gonçalves* e Fabyane C Oliveira Soares**

Introdução

Todos os dias, dezenas de reportagens são publicadas acerca da violência de gênero, todos os dias, mulheres sofrem algum tipo de violência, violência que é estrutural em nossa sociedade. Os meios de comunicação tradicionais tem como tarefa a divulgação desses casos, mas o discurso da mídia, envolto por simulacros, se afasta cada vez mais da verdade.

Segundo Garcia (2007) existe uma tríade que marca o destino de milhões de mulheres na sociedade brasileira,

Uma situação material de vida marcada pela opressão, marginalidade e violência; um discurso que consagra o papel subalterno que a mulher deve cumprir na sociedade e a sua condição de suposta inferioridade congênita; [e] uma mídia controlada por grandes grupos econômicos, com interesses opostos ao da plena emancipação feminina. (Garcia, Maria Cecilia, 2007).

A violência contra a mulher é um problema de ordem estrutural muitas vezes naturalizado. A violência de gênero tem raiz na forma patriarcal na qual nossa sociedade é fundada, e as relações hierárquicas alimentam a desigualdade onde o homem se sobrepõe a mulher, e tais relações se dão tanto no âmbito público, como no âmbito privado. A violência contra a mulher, que já foi considerada legal segundo o Código Civil que vigorou de 1916 a 2002 (quando considerava incapaz a certos atos a mulher casada), hoje é criminalizada e tipificada pelo Estado em cinco categorias, violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial, como consta na Lei Nº 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

A lei sancionada em 2006 foi pioneira ao tratar a questão da violência de gênero no país. Em 2015 foi aprovada a Lei do Feminicídio, que prevê uma pena mais dura para crimes que tenham por motivação o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. O Brasil ocupa hoje a 5ª posição de 83 países onde mais se mata mulheres no mundo. E embora medidas de punição estejam sendo efetivadas pelo Estado, pouco se vê reduzir o número de violência e morte acometido às mulheres, demonstrando que as políticas de punição pouco têm impacto sobre a prevenção desses crimes.

Aspectos estruturais da violência de gênero à luz da atual conjuntura

No Brasil, mas também em outros países pelo mundo, a cultura que prevalece é o homem como gênero dominador, figura central no lar e na sociedade. E a mulher como sexo frágil, dominada e submissa. Mesmo

que vivendo em pleno século XXI, com tantos avanços e conquistas, as principais causas que motivam a violência de gênero são: o ódio, a rejeição e a perda de controle sobre a mulher, motivada pelo estereótipo de que para afirmar sua masculinidade o homem precisa ser dominador, agressivo, rejeitar e não ser rejeitado. Características como essas são de ordem cultural, e sofrem grande influência da moral cristã, e mesmo que sejam naturalizadas socialmente não são intrínsecas ao gênero masculino.

A cultura que dita o lugar da mulher e do homem na sociedade conquistou espaço em instituições públicas, e o conservadorismo na política vem ganhando proporções cada vez maiores. A moral passou a ditar o rumo político e com isso pautas reacionárias surgem a todo o momento.

Assim foi com o PL 5069/2013 do Deputado Eduardo Cunha, que dificulta o aborto em casos de estupro. O projeto “tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto”. Em síntese esse projeto é um retrocesso aos direitos já garantidos, pois ele abre brecha para que até a pílula do dia seguinte seja negada, além de criminalizar a vítima de uma violência que atinge cerca de 50 mil mulheres por ano1. No Brasil o aborto é permitido quando há risco de vida para a mulher, em casos de estupro e em fetos anencéfalos.

Segundo o Ipea, cerca de 7% dos casos de estupro resultaram em gravidez em 2011, o número pode não alarmar, mas em 2014 foram registrados 47.646 casos de estupro, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública que reúne dados das Secretarias Estaduais da Segurança. Dados do Sinan(Sistema de Informação de Agravos de Notificação) porém, revelaram que 67,4% das mulheres grávidas em decorrência de estupro em 2011 não tiveram acesso ao aborto legal.

Foi em meio a pautas conservadoras e a movimentos feministas que pediam o “Fora Cunha” que as mulheres disseram um "basta" e foram às ruas lutar pela garantia de direitos já conquistados e contra a violência sofrida todos os dias.2

Mídia e gênero: da manufatura da hegemonia ás possibilidades de resistência

As campanhas que começaram nas redes sociais e que serviram como espaço de denúncia contra casos de assédio sexual e machismo, como a hashtag #MeuPrimeiroAssedio e #MeuAmigoSecreto foram importantes na construção desse movimento, além do tema de redação do ENEM, que como proposta trouxe o tema da violência contra a mulher a milhares de estudantes e que de maneira nacional também intensificou o debate gerando visibilidade sobre o assunto.3

Esse movimento ficou conhecido como Primavera Feminista4, que ganhou aderência em diversos estados do país, e que no primeiro ato de São Paulo reuniu cerca de 15 mil pessoas na Avenida Paulista5. Embora esse levante pareça repentino, o caminho para que ele ocorresse veio se escrevendo desde 2011, com a primeira Marcha das Vadias, que ocorreu em Curitiba, onde mulheres protestavam contra o machismo e os recorrentes casos de estupro.6

1 8º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2014. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/
2 "Fora, Cunha" em todo o país”. Disponível em: http://www.conversaafiada.com.br/politica/fora-cunha-em-todo-o-pais
3 “Redação sobre violência contra mulher gera polêmica no Twitter". Disponível em:http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/redacao-sobre-violencia-contra-mulher-gera-polemica-no-twitter.html
4 “Primavera feminista no Brasil". Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html
5 “Mulheres fazem manifestação contra projeto do Congresso no centro de SP". Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1700738-mulheres-protestam-contra-projetos-do-congresso-av-paulista-e-bloqueada.shtml
6 Junho de 2013 também foi um marco no que se refere ao levante de uma juventude insatisfeita, os dois movimentos se assemelham, segundo o MES (Movimento Esquerda Socialista) no “grau de espontaneidadedesses atos, sua composição, sua estética (urbana) e a forma como foram organizados (com ausência de uma direção política)”. Disponível em:http://esquerdasocialista.com.br/juntas-a-primavera-feminista/

Segundo um infográfico realizado pela ONG Think Olga, 2015 também foi o ano do feminismo na Internet. Entre janeiro de 2014 e outubro de 2015, as buscas por “feminismo” e “empoderamento feminino” cresceram 86,7% e 354,5% respectivamente. O tema da redação do ENEM intitulado “A persistência da violência doméstica contra a mulher na sociedade brasileira” gerou 106 mil posts nas redes sociais, e a hastag Meu Amigo Secreto, que denunciava atitudes machistas foi usada 170 mil vezes só no twitter.

As redes sociais tem sido uma ferramenta muito importante para organizar esses movimentos e para disseminar ideias. Entretanto, há quem banalize isso e transforme em violência.

Em 2015 surgiu em forma de “protesto” contra o aumento do preço da gasolina um adesivo da Presidente Dilma Rousseff colado na boca dos tanques dos veículos e que insinuava um ato sexual7. A primeira mulher eleita e reeleita presidente do Brasil teve de enfrentar o machismo, o sexismo e a misoginia. O adesivo em forma de protesto (que vulgarizava uma violência cotidiana) foi apenas uma das violências sofridas pela presidente pelo fato de ser mulher. Em março de 2016, ganhou repercussão nas mídias online o caso de um vereador de Sorocabaque chamou a presidente de “vagabunda” em seu perfil numa rede social, e pediu sua renuncia após a nomeação do então ex- presidente Lula a Ministro da Casa Civil 8. O ato machista e que coloca a mulher em condição de objeto praticado pelo vereador não foi o único. Durante a crise política que se fortaleceu no segundo governo Dilma, as críticas sem fundamentação partiam para a ofensa de gênero, o constrangimento sofrido pela então presidente mostrou o quanto a sociedade brasileira é machista, sexista e não tolera a mulher em posição de liderança. Isso ficou ainda mais evidente quando durante o processo de impeachment, revistas de grande circulação passaram a definir o que seria o comporta mento padrão de uma mulher.

Foi assim também que ainda em abril outra revista de grande circulação publicou a matéria: “Marcela Temer: bela, recatada e do lar”9, onde apresentava a futura primeira dama do Brasil, casada com o então vice presidente Michel Temer, como uma mulher jovem, bonita, de um comportamento exemplar, caseira e que vive para o marido e o filho, que se veste de forma recatada, e que “gosta de vestidos até os joelhos”. Publicado um dia após a votação do impeachment na câmara dos deputados que mostrou ao Brasil o quanto de conservadorismo existe no congresso nacional, o perfil da então vice-primeira dama buscou definir o padrão aceitável de mulher, o oposto da então presidente Dilma conhecida pelo seu passado de guerrilheira, e que foge aos padrões da mulher frágil.10

Imediatamente as redes sociais foram tomadas por respostas a matéria conservadora que não representava a maioria das mulheres modernas. A hastag "bela, recatada e do lar" foi usada em forma de protesto. Publicando fotos em situações que a sociedade acredita não ser um comportamento adequado ao gênero feminino, o movimento quis mostrar que o lugar da mulher é onde ela quiser, e que não seria mais aceito a imposição de padrões de beleza e comportamento.

Considerações finais

A violência que atinge as mulheres todos os dias, que vai do assédio de rua ao feminicídio é uma expressão da questão social que permeia as relações políticas, culturais e econômicas da nossa sociedade, e afeta todas as classes, raças e etnias, embora haja um recorte especifico em que mulheres negras aparecem como principais vítimas da violência. Estima-se que 13 mulheres são mortas por dia no Brasil, e que os homicídios femininos ocorridos no ambiente doméstico são quase três vezes maiores que o masculino.11

7 “Adesivo machista é uma violência contra as mulheres". Disponível em: http://www.cutbrasilia.org.br/site/adesivo-machista-e-uma-violencia-contra-as-mulheres/
8 Vereador de Sorocaba chama Dilma de 'vagabunda' em rede social". Disponível em: http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2016/03/vereador-de-sorocaba-chama-dilma-de-vagabunda-em-redes-sociais.html
9 Revista Veja:Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. Publicado em: 18/04/2016. Disponível em:http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar
10 Carta Capital:Bela, recatada e do lar: matéria da 'Veja' é tão 1792. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792
11 Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Disso tudo se pôde constatar que a articulação através das redes sociais tem sido útil na construção e visibilidade do movimento feminista. As redes sociais deram vozes às mulheres para dizer o que pensam e para denunciar as violências que sofrem. As estruturas políticas e econômicas, interligadas as estruturas sociais, dependem ao mesmo tempo em que pleiteiam através de uma falsa neutralidade, a naturalização da exploração. O machismo representa uma ferramenta importante de controle social, e grandes meios de comunicação interessados em manter o status quo e frear mudanças na estrutural social trabalham para a disseminação dessa idéia. A contra-hegemonia que vem sendo construída a partir de meios independentes tem sido de grande importância para chamar atenção para um problema que é naturalizado socialmente e um dos passos para sua erradicação, seja através das redes ou manifestações sociais.

Palavras- Chave: Violência de gênero, mídia tradicional, redes sociais.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilena. Simulacro e poder. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra– Hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates. Porto Alegre. 2010.
SCHAUM, Angela; RIZZO, Esmeralda; PASCAL, Maria A. M; SCHWARTZ, Rosana M. P.B, (orgs). Gênero, Mídia e Sociedade. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2007.
Agência patrícia Galvão. Cerca 7% dos estupros resultam em gravidez, aponta estudo. Disponível em:<http://agenciapatriciagalvao.org.br/site-antigo/uncategorized/cerca-7-dos-estupros-resultam-em-gravidez-aponta-estudo/>. Acessado: 14/05/2016
Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2015. Disponível em:http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acessado: 14/05/2016
BELLO, Luíse. Uma primavera sem fim. Disponível em: <http://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/>. Acessado: 15/05/2016
Câmara dos deputados. PL 5069/2013: Disponível em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acessado: 14/05/2016
Comunique-se. Reportagem da IstoÉ sobre "surtos" de Dilma atiça grupos feministas e recebe ameaça de processo da presidência. Disponível em:<http://portal.comunique-se.com.br/jo-com/80672-reportagem-da-istoe-sobre-surtos-de-dilma-atica-grupos-feministas-e-recebe-ameaca-de-processo-da-presidencia>. Acessado: 14/05/2016.
"Fora, Cunha" em todo o país". Disponível em:<http://www.conversaafiada.com.br/politica/fora-cunha-em-todo-o-pais>. Acessado em:14/05/2016
G1. Vereador de Sorocaba chama Dilma de 'vagabunda' em rede social. Disponível em:<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2016/03/vereador-de-sorocaba-chama-dilma-de-vagabunda-em-redes-sociais.html>.Acessado: 14/05/2016.
Ipea. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar), 2014. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acessado: 14/05/2016
LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e "do lar". Disponível em:<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/bela-recatada-e-do-lar>.Acessado: 14/05/2016.
Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> acessado em:14/05/2016
Movimento esquerda socialista: JUNTAS: a primavera feminista. Disponível em:<http://esquerdasocialista.com.br/juntas-a-primavera-feminista/>. Acessado: 14/05/2016
"Mulheres fazem manifestação contra projeto do Congresso no centro de SP". Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1700738-mulheres-protestam-contra-projetos-do-congresso-av-paulista-e-bloqueada.shtml>Acessado em: 15/05/2016
NUNES, Máira. O machismo e a presidenta. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2015/08/o-machismo-e-a-presidenta/>. Acessado: 14/05/2016.
"Redação sobre violência contra mulher gera polêmica no Twitter". Disponível em: http://g1.globo.com/educacao/enem/2015/noticia/2015/10/redacao-sobre-violencia-contra-mulher-gera-polemica-no-twitter.html> Acessado em: 15/05/2016
SILVA, Isabel Gonçalves da. Reflexões acerca da violência de gênero: Uma expressão da questão social. Disponível em:<http://www.proealc.uerj.br/Boletins/documentos/BoletimPROEALC68.pdf> Acessado: 14/05/2016.

*Isabel Gonçalves da Silva, estudante de graduação: Serviço social UERJ, Bolsista PROEALC-Estágio Interno –UERJ

**Fabyane C Oliveira Soares, estudante de graduação: Serviço social UERJ, Bolsista PROEALC- Iniciação Cientifica (FAPERJ)

Agenda Acadêmica

XIV Congresso Brasileiro de Direito Internacional

Data: 31 de agosto a 03 de setembro de 2016
Local: Gramado, no Rio Grande do Sul
Link: http://drive.google.com/file/d/0B-FPHgKHj-XGdVR4eU9XY2sweWs/view?pli=1%20http://www.direitointernacional.org

A Academia Brasileira de Direito Internacional – ABDI torna público e convoca a todos os professores, pesquisadores, estudantes, profissionais da área do direito e das relações internacionais para participar do processo seletivo de drafts e artigos para serem apresentados no 14o Congresso Brasileiro de Direito Internacional a ser realizado em Gramado, no Rio Grande do Sul, entre os dias 31 de agosto a 03 de setembro de 2016, sob os auspícios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e da Universidade de São Paulo - USP.

As propostas devem ser enviadas a partir do dia 01 de outubro até 15 de dezembro de 2015.

1. Sobre o Congresso Brasileiro de Direito Internacional:

O CBDI é realizado ininterruptamente durante os últimos 14 anos, sempre sob os auspícios das mais importantes instituições de pesquisa e ensino superior do Brasil. O evento, a cada ano, é realizado em um Estado, tendo passado por Paraná (Curitiba e Foz do Iguaçu), São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará e agora
chega ao Rio Grande do Sul. O Evento é o mais importante e expressivo na área de Direito Internacional no Brasil e um dos maiores eventos no campo do direito do mundo.

No Congresso expõem os mais importantes internacionalistas do Brasil e autoridades diplomáticas, professores estrangeiros, bem como professores, pesquisadores e jovens estudantes, tendo formado mais de uma geração de brilhantes internacionalistas no país,
com impactos na formação doutrinária internacional.

2. Tema central:

O Direito Internacional e sua aplicação pelo direito brasileiro: proposições para seu avanço.

3. Regras gerais:

Os artigos devem ser inéditos. Deverão ser seguidas as normas da ABNT, tamanho A-4,
margens de 3cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5 entre linhas, incluindo bibliografia. Transcrições com mais de três linhas devem ser recuadas em 2,5 cm da margem esquerda, com fonte 10. As notas de rodapé devem ter espaçamento simples entre linhas e fonte: Times New Roman, tamanho 10. Recomenda-se não numerar as páginas. Os artigos deverão ser enviados em programa WORD para Windows (97-2003), com terminação .doc. Não serão aceitos artigos enviados em outros formatos.

Cabe esclarecer que, se o artigo tiver dois autores, os dois deverão realizar pagamento, sob pena de desclassificação. Os autores podem submeter até dois artigos individuais ou em coautoria. Estudantes de graduação, graduados e advogados especialistas só poderão enviar artigo se for assinado com professor mestre ou doutor. Mestrandos e doutorandos, com comprovante de matrícula, poderão enviar artigos livremente.

VI Seminário Nacional Sociologia & Política – Instituições e Democracia na América Latina

Data: 11 a 13 de maio de 2016
Local: Paraná
Link: http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/inscricoes-2/

O Seminário Nacional Sociologia & Política é um evento de atualização técnico-científica da área de Ciências Sociais, criado em Curitiba-PR no ano de 2009. Ele é organizado por uma equipe de professores e alunos dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Ciência Política da UFPR (Universidade Federal do Paraná). A sétima edição do Seminário Nacional Sociologia & Política será realizada entre os dias 11 e 13 de maio de 2016, na cidade de Curitiba-PR.

O evento busca oferecer um espaço para discussão da produção científica nas áreas de Sociologia e Ciência Política colaborando para o desenvolvimento científico regional e nacional e contribuindo para a reflexão sobre questões da atualidade. Em termos resumidos, o evento objetiva:

a) Promover o intercâmbio de experiências e conhecimento entre os estudantes de pós-graduação em Sociologia e Ciência Política das diversas instituições de ensino superior do país;

b) propiciar a apresentação de trabalhos de estudantes e pesquisadores de mestrado e doutorado dos diversos programas de Pós-graduação nacionais através dos grupos de trabalho temáticos ofertados no evento;

c) publicar os resultados das pesquisas apresentadas no evento por meio dos Anais Eletrônicos, a fim de servirem como referência para pesquisas posteriores desenvolvidas nas áreas de abrangência citadas;

d) favorecer o debate e atualização teórico-metodológica dos participantes;

e) fortalecer os programas de pós-graduação nacionais e estaduais de Ciência Política e de Sociologia pela disponibilização de um espaço de interação entre pesquisadores em formação;

f) debater sobre os desafios e as tendências da Sociologia e da Ciência Política na contemporaneidade.

Inscrições a partir de: 25/11/2015

Submissão de resumos (painéis e apresentações orais): As submissões de trabalhos foram prorrogadas até o dia 15 de fevereiro.
Divulgação dos Resultados (resumos aprovados): 29/02/2016
Submissão de papers (trabalho completo) e pôsteres : Até 11/04/2016

Lançamentos

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo, Boitempo, 2016.

Para a sociedade ocidental moderna, o capital parece tão natural como o ar que se respira, e quase ninguém pensa em questioná-lo. Mas saber o que faz o capital funcionar – e o que, por outro lado, pode abalar suas bases – é crucial para compreender sua saúde em longo prazo, bem como as vastas implicações de qualquer mudança para a economia global. É o que faz o geógrafo britânico David Harvey nesta obra incisiva, ao revelar a vanguarda de suas análises das dinâmicas do capital e destrinchar as contradições internas desse motor econômico.

Escrito em linguagem acessível, 17 contradições e o fim do capital coroa o "Projeto Marx", que orienta a obra de Harvey há vinte anos, repensando Karl Marx em época de mutação e crise do capitalismo. A decisão de focar a análise nas contradições se deve em parte ao escritos do filósofo alemão, que enfatizou diversas vezes que crises do tipo que o mundo viveu em 2007-2008 são manifestações superficiais de contradições internas do capital. O objetivo de Harvey é inverter o uso da ideia de contradição como ponto final da reflexão e torná-la o início da conversa, em particular sobre o que seria uma política anticapitalista e como poderíamos entender as crises.

Ao longo dessa análise sistemática, Harvey constata que, embora a forma de manifestação de algumas contradições tenha se desenvolvido desde a época de Marx, a estrutura das contradições do capital é surpreendentemente constante. Além disso, tais contradições são interligadas e interagem (às vezes se apoiam) mutuamente; e revelam um retrato muito mais descentralizado do capital do que se costuma pintar.

"A exposição ganha complexidade à medida que parte para as contradições mutáveis, abrindo as contradições do capital para a interação com as do capitalismo e avaliando suas formas no tempo e no espaço. Como geógrafo, dá justo destaque ao desenvolvimento desigual das regiões e aborda como o Estado legitima e apoia a acumulação por espoliação", diz o economista e professor da Unicamp, Pedro Paulo Zahluth Bastos. Harvey aborda por último as contradições perigosas, que podem provocar uma degradação progressiva da terra e um empobrecimento em massa, aumentando radicalmente a desigualdade social e a desumanização de grande parte da humanidade.

Ao final do livro, vemos um dos mais influentes marxistas da atualidade sintetizar sua experiência de compreensão das dinâmicas do capital em "17 ideias para uma práxis política", um explosivo manifesto humanista revolucionário com orientações práticas para quem busca desafiar o regime capitalista de uma vez por todas. Para cada contradição do capital revelada e destrinchada, Harvey rebate com uma proposta formulada de maneira clara e direta ao ponto. Não é à toa que considere este o "livro mais perigoso" que já escreveu.

MARICATO, Hermínia. Para entender a Crise Urbana. São Paulo, Expressão Popular, 2016.

Este livro, composto por três artigos e uma entrevista, é marcado por uma perspectiva clara – visível também em toda trajetória política e teórica da autora: a de que com o desenvolvimento do capitalismo gesta-se uma "crise urbana", cuja saída só pode ser pensada e realizada a partir da luta dos trabalhadores.

O principal objetivo de Para entender a crise urbana é contribuir na erradicação do "analfabetismo urbanístico", isto é, trazer reflexões teóricas e políticas que auxiliem a compreensão da lógica de funcionamento e de organização do espaço urbano a partir da perspectiva da luta de classes. Esta se dá entre o capital imobiliário, industrial e financeiro que conta com o apoio do Estado e da mídia, e o trabalho cuja força reside na organização e na luta popular.

Apesar de a crise urbana ser algo próprio do capitalismo, enquanto sistema, as características históricas brasileiras – um país da periferia do capitalismo com ampla tradição escravocrata – são consideradas como fundamentais para a compreensão dessa crise tal como ela se apresenta aqui. Entre outras, mencione-se a centralidade da questão da terra, tanto no campo quanto na cidade, um dos principais fatores de acumulação do capital no país. Este é um dos motivos pelos quais nem a reforma agrária, nem a reforma urbana se concretizaram.

Por fim, a autora também destaca que apesar das melhorias nas condições de vida dos trabalhadores em termos salariais e de consumo desde inícios do século XXI, as questões estruturais de moradia, mobilidade, saneamento básico não foram resolvidas, sequer tocadas. A perspectiva é de que a única forma delas se realizarem é através da organização e da luta dos trabalhadores que já conta com uma longa tradição e se renova cotidianamente.

Expediente

Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Prof. Paulo Roberto Volpato Dias
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Léo da Rocha Ferreira
Coordenadora do PROEALC
Profª Silene de Moraes Freire
Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Dra. Andreia de Souza de Carvalho

Editoras Responsáveis
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Dra. Andreia de Souza de Carvalho
Coordenação de Produção
Andreia de Souza Carvalho
(PROEALC/CCS/UERJ)
Mônica Suely Mendes de Abreu
(PROEALC/CCS/UERJ)
Colaboradores
Isabel Gonçalves (PROEALC/CCS/UERJ)
Fabyane Oliveira Soares (PROEALC/CCS/UERJ)
Diagramação
Andreia de S. Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Arthur F. Azevedo Azambuja (ISERJ/FAETEC)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.